

INFORME JB

■ MAURÍCIO DIAS

3 NOV 1995

JORNAL DO BRASIL

A fraude e a corrupção — duas das mais infernais epidemias do país — podem transformar o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos mais engenhosos programas de saúde pública no país, em vítima fatal.

Para combater as duas doenças, só uma fiscalização eficiente. Mas o Tribunal de Contas da União já constatou — em avaliação preliminar que vem fazendo sobre o sistema de fiscalização dos recursos aplicados no SUS — que o controle do dinheiro federal repassado a estados e municípios está deixando muito a desejar.

Por exemplo: a minuta do decreto que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria, do Ministério da Saúde, “está eivada de desconhecimento às normas legais e aos elementos básicos e uniformes de procedimentos de auditoria que são: o sistema contábil e a documentação comprobatória das operações realizadas, a existência física dos bens adquiridos ou produzidos e os valores em depósito”, conforme um documento que já circula entre os ministros do TCU.

Uma auditoria preliminar realizada pelo Tribunal no Fundo Nacional de Saúde (FNS) — sobre uma amostragem de 46 convênios — constatou, entre outras coisas, que 32 deles (70%) não continham prestação de contas, apesar do prazo de vigência expirado, e que somente três estavam com a contabilidade legalizada.

Além disso, a maioria das determinações dadas pelo TCU ao FNS, em 94, não foi cumprida, e outras cumpridas apenas parcialmente.

O documento do TCU põe o dedo direto na ferida: “O problema na área de saúde não se resume somente na escassez de recursos. É a falta de critérios na sua utilização o problema mais grave.”